

abordou outros assuntos. O mais surpreendente foi constatar a vontade do governo de aprovar a chamada Lei da Mordaca, que pretende punir os integrantes do Ministério Público que repassarem à imprensa informações sobre investigações ainda em curso. É surpreendente porque, quando estava na oposição, o PT não apenas estimulou essa prática como fez ataques cerrados à idéia da Lei da Mordaca, proposta pelo governo tucano. Agora, ficou a favor. O dado mais perigoso é que o governo dá a impressão de que tem vontade de controlar tudo. Como o próprio nome diz, totalitarismo é a doutrina que não se satisfaz em controlar os processos sob a competência do Estado. O totalitarismo almeja controlar todos os processos, mesmo aqueles nos quais a interferência estatal deveria ser meramente marginal — como a vida em família, a pesquisa científica, a produção artística.

A Alemanha nazista produziu os mais completos manuais de submissão da imprensa, do cinema, do teatro, das artes plásticas, da literatura, da educação. Na ex-União Soviética, durante o reinado de Josef Stalin, os livros escolares de história foram reescritos, jornais velhos foram reeditados e inimigos políticos eram eliminados das fotografias. No Camboja de Pol Pot, ter uma emissora de rádio, ainda que rudimentar, era considerado crime capital. Na Itália fascista, o ministro da Educação, Giovanni Gentile, um dos nomes mais influentes do governo de Mussolini, dizia o seguinte: “Tudo para o Estado, nada contra o Estado, ninguém fora do Estado”. No Brasil de Lula, obviamente, não existe nada parecido com isso. O governo do PT está apenas confuso. É liberal na economia e autoritário na política. “O governo do PT tem o emblema de Janus, o deus bifronte da mitologia”, diz o antropólogo Roberto DaMatta, da PUC do Rio de Janeiro. “Há um lado liberal e outro reacionário, hierárquico e autoritário, que quer cada macaco em seu galho vigiado constantemente por um gorila. Quer reviver a tática gorilista da ditadura.” Parece tolo. É um perigo. ■

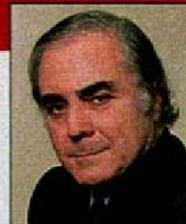
Com reportagem de Alexandre Oltramari e Otávio Cabral, de Brasília; Ronaldo França, do Rio de Janeiro; e André Rizek, de São Paulo

veja  
ON-LINE

Leia notícias diárias sobre  
o governo Lula em  
[www.veja.com.br](http://www.veja.com.br)

TALES ALVARENGA

## Monopólio da virtude



Durante duas décadas, correntes internas do PT defenderam a conquista do poder para a extinção do modelo “burguês” de democracia. Era assim que eles se referiam, com desdém, às sociedades que respeitam as liberdades individuais e o sistema de livre mercado. Para muitos ideólogos do PT, a redenção final do Brasil viria com sua transformação numa grande Cuba, sem congresso, Justiça e imprensa independentes. Há facções instaladas no partido que continuam pensando assim.

Para vencer as eleições presidenciais de 2002, o PT renegou o passado revolucionário e apresentou-se como uma legenda reformista. Em áreas vitais, conseguiu agir contra sua herança ideológica, para desespero das facções radicais abrigadas na legenda. O PT amadureceu. O Brasil passou a dormir tranquilo tendo no governo uma agremiação que no passado se embriagara com sonhos revolucionários.

Essa fase parecia ultrapassada. Nos últimos dias, descobriu-se que muitos dos batalhões liderados por Lula tiveram uma recaída. Deram sinais de que estão se deixando tentar outra vez — e perigosamente — pela perspectiva de que são os únicos depositários da virtude e do interesse nacional.

Num espaço de poucos dias, tentaram enquadrar a produção cultural do país com regras inventadas em Brasília. Procuraram, de maneira disfarçada, introduzir ameaça à liberdade de imprensa. Matreiramente, o governo apropriou-se de um projeto de autotutelação profissional, preparado pela central sindical petista, que se denomina Fenaj — Federação Nacional dos Jornalistas. O projeto pretende criar uma comissão que examinará a conduta de jornalistas e empresas de comunicação, podendo cassar o registro de profissionais considerados ina-

dequados. Como se tudo isso não bastasse, anunciaram que funcionários públicos que não sejam ministros ou chefes de departamentos não poderão mais dar informações sobre investigações internas em suas áreas.

Numa semana em que o governo parecia inebriado com a perspectiva de aumentar seu controle sobre a sociedade, tucanos e pefelistas apareceram com uma bomba. Acusaram setores do PT de ter usado informações sigilosas da CPI do Banestado para montar um dossiê contra adversários políticos e figuras de relevo social e econômico. O objetivo seria estimular a boa vontade

dos investigados e bombardear concorrentes em campanhas eleitorais. Alguns petistas confirmaram que possuem esses dados — “um caminhão deles”. E que poderão usá-los, se necessário. É estarrecedor. Nem mesmo a ditadura militar se dispôs a uma operação dessa convergência para concentrar mais poder.

O relator da CPI do Banestado, o petista José Mentor, que tem fidelidade canina ao chefe da Casa Civil, José Dirceu, pediu acesso a 400 000 operações de câmbio registradas no Banco Central. Além disso, solicitou a quebra do sigilo bancário e fiscal de centenas de pessoas contra as quais não havia nenhum indício prévio de operações irregulares. Essa iniciativa, além de grotesca, é ilegal. Não se pode quebrar sigilo por ataque, muito menos sem apresentar previamente indicações de que o investigado fez algo errado. Chegou a hora de o partido chefiado por Lula e José Dirceu se convencer de que não é mais uma simples legenda. Tornou-se o governo de todos os brasileiros. Precisa deixar para trás o entulho salvacionista que acumulou enquanto treinava para conquistar a chefia da nação.

**“O PT está  
se deixando tentar  
— perigosamente  
— pela perspectiva  
de que é o único  
depositário da  
virtude e  
do interesse  
nacional”**